



Entrevista de Lúcia Lippi

Concedida a
Vanuza Moreira Braga¹

Lúcia Lippi Oliveira é socióloga. Ingressou como pesquisadora no CPDOC/FGV em 1976, junto com outros pesquisadores, como Angela Maria de Castro Gomes e Helena Bomeny, no momento que a FINEP começava a financiar projetos de pesquisa na área Ciências Sociais. Ao longo de sua carreira acadêmica, Lúcia elegeu como seus principais temas de interesse: intelectuais, identidade nacional, historiografia, pensamento social e patrimônio cultural. É autora de diversos livros e artigos, entre eles: A questão nacional na Primeira República (1990), Americanos (2000) e Cultura é Patrimônio: um guia (2008).

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais - CPDOC/ FGV.

Na entrevista concedida à Mosaico, Lucia Lippi nos fala sobre a criação e os primeiros anos da Revista Estudos Históricos, que completou 25 anos em 2013. Ao rememorar a trajetória do periódico criado em 1988, a socióloga nos revela um interessante panorama da divulgação científica na área de Ciências Sociais no Brasil. Começando pelas revistas Civilização brasileira e Brasiliense, que pautavam os debates da geração de jovens cientistas sociais nos anos de 1960, a autora vai percorrendo as principais transformações do sistema universitário desde a criação dos programas de pós-graduação no país, passando pelo surgimento de importantes centros de pesquisa como IUPERJ, CEBRAP e CPDOC e focando no nascimento e profissionalização das principais revistas acadêmicas da área como a Dados (1966), Estudos CEBRAP (1971) e a própria Estudos Históricos (1988), que surge neste contexto como uma revista de história, mas com abordagem interdisciplinar.

VB: Professora Lúcia Lippi, para começar gostaria que você nos contasse um pouco sobre sua entrada no CPDOC nos anos de 1970.

Eu entrei para o CPDOC em 1976. Foi quando o CPDOC recebeu os primeiros recursos da FINEP, que até então financiava as áreas duras, não Ciências Sociais. O CPDOC era muito menor. Celina Vargas do Amaral Peixoto era quem dirigia e Aspásia Camargo era assim como uma vice-diretora, a segunda pessoa. Foi Aspásia que fez o projeto de pesquisa para a FINEP. Foi quando entrou Angela Maria de Castro Gomes, Helena Bomeny, quase todo mundo da área de pesquisa entrou em 1976. Eu entrei para coordenar um projeto chamado Brasiliana, projeto esse que tinha a ver com um levantamento bibliográfico das obras sobre a revolução de 1930, mas obras publicadas nos anos 30 e não de análise posterior. Então isso virou uma bibliografia que depois saiu no livro Elite intelectual e debate político nos anos 30: Uma bibliografia comentada (FGV/INL, 1980). O que era o CPDOC na época? Tinha o setor de arquivos, o arquivo Vargas estava lá, do Capanema e outros. Tinha um setor de história oral, tinha um projeto especial que era o dicionário[1] e tinha um setor de pesquisa. Neste setor de pesquisa, à época, existiam dois projetos, um que era estudo da Revolução de 30 discutindo regionalismo, que tem um livro que Ângela[2] coordenou e tinha esse projeto Brasiliana. Uma coisa interessante é que esse projeto de pesquisa de regionalismo tinha tudo

a ver com os brasilianistas. Os brasilianistas Love, Levine, Wirth.[3] Um escrevia sobre São Paulo, outro escrevia sobre nordeste, outro sobre Rio Grande do Sul... Os brasilianistas, historiadores norte-americanos, voltados para estudar Brasil, estudaram, quase todos, Primeira República, tópico este que não fazia parte da agenda dos historiadores do Brasil. E esses brasilianistas, de alguma forma, ao vir ao Brasil fazer pesquisa foram importantes, inclusive, na valorização de arquivo. Antes eles iam até a casa da Alzira Vargas ver o arquivo Vargas, depois deram a maior força ao próprio CPDOC, que era um projeto de tornar público aquele arquivo. Esses historiadores norte-americanos tiveram, no Brasil, uma boa e maior recepção pelos cientistas sociais e menos pelos historiadores. Voltando à minha entrada no CPDOC, eu já tinha, à época, feito mestrado em Ciência Política no IUPERJ, então eu já entrei convidada para ser coordenadora de um projeto, porque mestrado era uma coisa importantíssima à época, não era como hoje em dia... (risos). Mas então é isso, essa era a minha situação lá dentro. A gente entrou em 1976 e trabalhou em vários projetos e um momento significativo para o CPDOC e para nós foi o Seminário dos 50 anos da Revolução de 1930, em 1980. Ali nós mostramos os primeiros resultados de pesquisas que foram publicados e que foram tornados públicos, tanto no seminário, quanto nas publicações. O Seminário deu ocasião à publicação do livro A Revolução de 30; Seminário Internacional (UnB, 1993).

Quando você começou sua vida profissional no CPDOC como era o cenário de divulgação científica na área de história no Brasil? Como as pesquisas circulavam? Como elas eram divulgadas e quais eram as principais revistas na área?

Bom, vamos falar um pouco de revistas existentes. Para isso, vou voltar à década anterior, nos anos 60, quer dizer, nos anos 60 após Revolução de 1964. Eu acho que duas revistas marcaram essa segunda metade dos anos 60. A primeira chamava-se Revista Civilização Brasileira e a outra chamava-se Revista Brasiliense. Se você observar, são duas revistas ligadas a editoras. A Revista Civilização Brasileira foi importantíssima na época, porque era uma revista de rediscussão, questionamentos da história brasileira, da política brasileira e era uma revista de oposição. Então se você olhar os números tem várias figuras

que eram do partido comunista que estão ali, a Civilização Brasileira era considerada uma editora comunista na época. Os textos publicados nessa revista eram o tema das discussões, o tema dos debates. Então, como eu estava falando, nos anos 60, sessenta e poucos, essas duas revistas foram muito importantes, a Revista Civilização Brasileira e a Revista Brasiliense, que era organizada ou coordenada pelo Caio Prado e um dos debates fundamentais que estavam lá nessa revista era a discussão teórica e histórica, importantíssima, sobre a Revolução Brasileira. Caio Prado tinha lançado o livro sobre Revolução Brasileira[4] e toda a discussão afinal de contas era em torno da questão: o que o campo brasileiro representava? Era um campo feudal ou não era? Existiu o feudalismo no Brasil ou não existiu o feudalismo no Brasil? Porque quando você falava do campesinato, dos camponeses, meeiros da terra presos ao barracão, o que se falava? Isso é uma situação medieval. (risos). E começa a discussão... “isso não existiu no Brasil, não foi isso, é outra coisa esse sistema de produção”, e por aí vai. Eram essas duas questões: uma discutindo contexto político, político internacional e de cultura, de artes, no Brasil, que era a Revista Civilização Brasileira e essa outra que tinha uma discussão teórica e empírica forte, que era discutir se tínhamos tido um atraso, se o nosso atraso era feudal resistindo às forças do capitalismo. Bom, obviamente, você tinha uma revista de história da USP, tinham outras revistas. Tinha a Revista América Latina que era do Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), aqui no Rio. A Fundação (FGV) tinha uma revista de ciência política de um instituto que se chamava INDIPO (Instituto de Direito Público em Ciência Política). Depois, a Revista América Latina acabou quando o centro acabou, a revista da USP que eu não sei se eram número anuais ou não era, era uma coisa grossa daquele tamanho com artigos dos seus professores eminentes, que não tinha muita importância aqui para nós..

Eram mais pesquisas pontuais, historiográficas?

Não é. Eram artigos do pensamento da produção daquele autor, etc. O que influenciou a mim e as pessoas daqui? As revistas que começam aparecer, as revistas de divulgação científica eram itens do cardápio da pós-graduação, quer dizer, a pós-graduação também estava assumindo uma nova feição nos anos 70 até FINEP também ajudando, a

fundação FORD ajudando a criar uma pós-graduação nos modelos mais norte- americano do que o modelo francês ou europeu. E neste conjunto de questões aparecia a coisa da revista como divulgação da pesquisa. Eu fiz um mestrado em Ciência Política, mas no fundo, esse meu mestrado não me equipava para dar aulas de Ciência Política, até acontecia, mas estava enfatizando a pesquisa o tempo todo, quer dizer, as fontes, quaisquer que fossem. No caso do CPDOC você iria a algumas fontes como os documentos de um arquivo, do outro lado você criaria fontes com a entrevista de história oral, então a coisa era pesquisa e fontes de pesquisa. Então é nesse quadro, ou seja, de crescimento da pós-graduação e/ou de centros de pesquisa que aparecem as revistas e duas revistas são fundamentais nesse quadro. Uma é a revista DADOS do IUPERJ que o primeiro volume é de 1966. Mais tarde, em 1969 é criado o CEBRAP e logo depois é criada a Revista Estudos 1, em 1971, que depois muda para Estudos CEBRAP. Então, pra nós dessa geração, quais eram as duas revistas relevantes? Uma era a Dados e a outra do CEBRAP. Essas eram as que nos importava. E a gente olhava aquele modelo, quer dizer, um instituto que tem um mestrado, um primeiro mestrado só em Ciência Política, ou de sociologia depois, doutorado mais tarde, mas publicava imediatamente uma revista. Um centro de estudos, o CEBRAP publicava uma revista, então a gente associava que centros deveriam ter revistas, não é? Nós conhecíamos isso, líamos isso que estava sendo publicado numa e noutra. No caso da Dados, era mais uma revista de Ciência Política Strictu sensu, a Estudos Cebrap não, porque o Cebrap reunia sociólogos, demógrafos, etc. Era mais múltipla do que a Revista Dados.

Só uma questão ainda sobre isso que você falou. Enfim, vocês foram formados lendo primeiro revistas de temas mais heterogêneos, depois a sua geração teve como referência essas duas revistas de pesquisa, Dados e Estudos Cebrap que são revistas de ciências sociais. E depois vocês foram fazer uma revista de História, por quê?

Eu acho o seguinte, a experiência do CPDOC foi fundamental. A experiência de projeto de pesquisa. A Ângela de Castro Gomes tinha feito História na graduação, Helena Bomeny, trabalhava na Brasileira comigo o Ricardo Benzaquem que vinha da História e estava fazendo mestrado em antropologia. Esses e muito outros que eu não estou

lembrando o nome agora, foram trabalhar em um Centro de História Política do Brasil, não é? Então a gente se voltava para essa realidade. A gente lia nessa bibliografia que eu estava falando do regionalismo na Revolução de 30 nos estados, aí era tanto os brasilianistas, que eram historiadores, eles tiveram essa experiência de ir aos dados e às informações, levantar fontes, essa coisa toda. E figuras, como, por exemplo, Boris Fausto que tinha escrito um livro sobre Revolução de 30 também, então, o nosso objeto de trabalho era História do Brasil. Embora cada um tivesse um ângulo específico de olhar aquilo, trouxesse uma leitura mais antropológica, mais sociológica ou mais de Ciência Política, aquilo se juntava no trabalho transdisciplinar, que era dar conta da História do Brasil nos anos 20, nos anos 30 e daí pra frente. Então eu digo assim, nós a essa altura praticamos uma transdisciplinaridade na pesquisa. Nos seminários, nas conversas, na apresentação de textos isso começou a acontecer. A História se fazia presente, mesmo que você não quisesse, mas era a demanda e também e como eu estava falando, a própria história dos anos 60 e a questão de 64... Tínhamos lido muitas teorias, muitas grandes interpretações e essas grandes interpretações também minimizavam a história, porque você já tinha a orientação que deveria seguir, qual era o final da história, não é? Então você não ligava tanto mesmo para os acontecimentos, para as lutas políticas, as lutas inter-elites, não precisava porque você estava com a verdade. Então, agora não, você começava a prestar atenção em tudo isso. Tem um lado que você pode dizer até que é uma concepção de História Antiga no sentido de événementielle, mas era isso informada por conceitos e por categorias das Ciências Sociais, então junta uma coisa com a outra.

Criada em 1988, a Estudos Históricos é hoje uma das revistas mais importantes da área de história no país. Acho que você já falou um pouco sobre isso, mas eu queria que você falasse um pouco mais pontualmente sobre o momento de criação, quais foram os primeiros editores, como vocês viabilizaram?

Eu lembro que eu comecei a pensar nesta revista em 1985, 1986. Eu estava terminando o meu doutorado. Eu gosto e sempre gostei de estar fazendo um projeto e ao mesmo tempo já estar pensando no que vem depois. Do ponto da minha história de vida eu

achava interessante ter uma revista porque isso me permitiria um contato com um monte de gente, mas fora da minha instituição. Eu sempre tive uma coisa assim, instituições são grupos muito fechados se você só conversa com aquela meia dúzia de pessoas que trabalham ali juntos, trabalham na sala ao lado, é muito interessante, mas desde que você não se feche, que você aproveite, use bacana aquilo, mas você se relacione com o mundo, não importa qual seja. Então eu tinha essa ideia de fazer isso, depois me lembro que eu li uma entrevista que tem ou tinha no CPDOC, não tinha sido feita pela história oral não, mas alguém fez e doou para o CPDOC e eu me lembro que eu tinha trabalhado sobre Guerreiro Ramos, eu estava lendo sobre intelectuais e figuras e aí aparece uma entrevista com Celso Furtado. Celso foi para a segunda guerra, voltou e tem uma história interessante. Lá pelas tantas, Celso começa a falar de uma revista que ele criou e eu lembro que eu fiquei assim encantadíssima com aquilo, olha que coisa importante! Então isso estava pairando na minha cabeça, entendeu? Depois disso, a primeira dificuldade era convencer o CPDOC a ter a revista. Vivia-se de um dinheirinho da Fundação Getúlio Vargas, sustentava o espaço e tinha-se um convênio com a Finep que renovava a cada dois anos, três anos, não sei exatamente. A Finep financiava desde a secretária, tudo. Não era só o trabalho da pesquisa, financiava a instituição. Como é que você ia ainda ter dinheiro para fazer uma revista? Então ficamos sabendo que o Cnpq dava dinheiro para fazer revista, mas para pedir tinha que apresentar um projeto, mas a instituição tinha que assinar embaixo. Então eu tinha como questão fundamental convencer Celina Vargas que o CPDOC deveria ter uma revista. Muito bem, eu escrevi aquele prefácio ou editorial: Por uma revista de História. Com a ideia, eu convidei Ângela para participar como editora também. Eu tinha ideia que devia ter essa conexão de Ciências Sociais e História, então era importante que não fosse eu editora sozinha, eu não tinha legitimidade do ponto de vista da História para editar uma revista de estudos históricos. Então eu chamei Ângela que leu aquele editorial, deu sugestões e então fomos à Celina para vender o peixe. Conseguimos vender o peixe primeiro dentro de casa, ela aceitou, mas disse “nós não temos dinheiro mais pra nada, estamos aqui, o salário está atrasado!”, Mas argumentamos que íamos conseguir os recursos. Depois eu e Ângela convidamos o Gerson Moura, também outro historiador. Gerson que era historiador mais strictu sensu, trabalhava no CPDOC, Ângela que era anfíbia, que estava fazendo tese de

doutorado em Ciência Política também, mas História, baseado em fontes de História do Brasil e eu a socióloga que tinha trabalhado questão nacional, intelectuais, etc, etc...

Então os três primeiros editores foram você, Ângela de Castro Gomes e Gerson Moura?

Isso. Então pedimos o financiamento do CNPQ. Tem uma pessoa que foi muito importante nesse processo, Charles Pessanha. Ele era editor adjunto da Dados, amigo nosso e sabia um pouco o caminho das pedras. Nos ajudou muito em vários momentos da Estudos Históricos. O Charles que não só era editor da Dados, mas depois ficou especialista em questão de revistas, sabia tudo a respeito, nos ajudou muito. Bom, então o próprio editorial do primeiro número apresenta isso, como juntar História e Ciências Sociais.[5]

Na sequência eu ia até justamente falar sobre isso. Quando eu li o editorial, “Por uma revista de história” senti muito esse tom mesmo de um manifesto, não é?. Vocês dizem que a revista pretende ser um veículo interdisciplinar e aproximar pesquisas que tenham como interesse primordial entender o Brasil. Vocês dizem que era importante valorizar a questão da liberdade, da ação individual e da política, quer dizer, história política não tinha muita importância nesse momento Eu queria te perguntar como que essa proposta, que é uma proposta também do próprio CPDOC também, a meu ver, e que estava de certa forma cristalizada na revista, foi recebida pela comunidade de historiadores, quando a revista chegou. Já ouvi entrevistas de professores daqui, por exemplo, dizendo que havia no início um certo receio em relação ao tipo de história que o CPDOC fazia, a coisa também de ter projetos financiados, etc. Quando você olha os historiadores mais antigos, o foco era história da colônia, Sérgio Buarque mesmo chegou a dizer que história do Brasil é século XVI, XVII, XVIII e olhe lá e então vocês surgem com uma proposta de história contemporânea, pós 30 e buscando essa interlocução com outras áreas.

Olha, eu acho que a gente sabia que era um desafio apresentar isso pra comunidade, mas se você observar, eu responderia isso falando de duas coisas. Primeiro do conselho editorial e do conselho consultivo da revista. Se você olhar as pessoas, são figuras relevantes

da nossa rede de relações e nós tínhamos a preocupação de botar pessoas, por exemplo, Francisco Falcon, José Murilo de Carvalho, que também era ambíguo porque nessa época era mais cientista político, mas se você olhar essa lista verá isso. Francisco Falcon no conselho editorial, Francisco Iglesias, Berenice Cavalcante, Boris Fausto, Caio César Boschi, Carlos Guilherme Motta, Ciro Flamarion Cardoso, Edgar de Decca, Eulália Lobo, Fernando Novais, Ismênia Martins, Maria Bárbara Levy, que era história econômica, Stella Bresciane, Maria Yeda Linhares, Sandra Pesavento e outros. A gente botou nesse conselho consultivo essas pessoas e mais outros que eram das nossas relações, desde cientista político, antropólogos, Simon Schwartzman, que era sociólogo, Silviano Santiago e Luiz Costa Lima que eram de Letras. Cada um de nós, nós CPDOC acessou a sua rede de conhecimentos, de relações e convidou uma pessoa para compor esse conselho. Esse conselho consultivo é uma lista de nomes relevantes dizendo que apoiava a revista, mas, de fato os membros mais próximos eram do conselho editorial mesmo. Isto é uma coisa e outra é o seguinte Quando estava pensando esse editorial, eu, de alguma forma, tinha uns sete números pensados, sabia o que eu estava querendo com isso. E o primeiro o que é? Caminhos da historiografia[6], que é um pouco um passaporte para a aceitação da história, tá? Porque se a gente começasse com um texto ou uma questão que a história não tratasse a chance de você ter bilhete de entrada nessa comunidade de historiadores era muito menor. Inclusive, tínhamos uma preocupação de separar história de historiografia, essa confusão, história é o que acontece e o estudo disso é historiografia. Se você olhar o artigo do Manoel Salgado[7] que é o que eu acho o mais citado ao longo do tempo, se tivesse uma contabilidade disso. Como ele fez a sua tese na Alemanha e nunca traduziu essa tese, publicou esse artigo, então todo mundo para falar do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro cita esse texto que está na revista. Ricardo Benzaquen, que é esse ser anfíbio, mas aqui ele está falando sobre Capistrano de Abreu, Falcon escrevendo sobre historiografia portuguesa contemporânea, Luís Eduardo com um artigo sobre hermenêutica e ciências humanas, uma entrevista com François Furet, e também uma entrevistinha que eu fiz com Boris Fausto. A gente queria que ele escrevesse, depois ele não pôde e nos deu uma pequena entrevista sobre a organização da coletânea História geral da civilização brasileira. Também tem uma resenha sobre história colonial escrita por Ronaldo Vainfas. Então, a bem da verdade, a única pessoa que não é historiador,

de fato, nesse primeiro número é o Luís Eduardo Soares.

Fale um pouco dos números seguintes.

O número 1, 5 e 10 são mais de História. As revistas 1 e 10 mais strictu sensu e a 5 já com essa conversa entre as áreas. É óbvio que eu estou falando do ponto de vista da história que a gente reconstrói depois, mas nós tínhamos um feeling de que isso era importante, tá? Teve uma discussão em torno do título também, que nome a gente vai dar a essa revista, um sugeria Caminhos Cruzados, aí tinha outro que falava, não, vão pensar que é despacho na encruzilhada, não pode (risos) cada um dava uma opinião (risos), e escolhemos Estudos Históricos. O número 2, Identidade nacional, não é? (risos). Óbvio, eu tinha acabado de estudar isso. Tem Elisa Reis que vem da ciência política, sociologia, Roberto da Matta, Mônica Pimenta que era do CPDOC, José Reginaldo Gonçalves, que está discutindo patrimônios culturais, que é antropólogo, José Augusto Drummond que vinha da Ciência Política também e depois entrou para História ambiental, entre outros. Tinham alguns números sobre eventos históricos, efemérides, como o número República. Outra coisa, América, História e natureza, viagem e narrativa, cultura e povo. Esses temas permitem uma entrada pela antropologia, uma entrada pela História, são históricos por excelência, não é? Então você poderia ter artigos de pessoas da antropologia, da literatura que tratasse sobre o assunto, etc. De vez em quando eu volto a alguns desses artigos, para alguma uma coisa e vejo que tem cada artigo bom. Um curso sobre viagem, um curso sobre América e Estado Unidos. Eu acho que esses temas permitiram essa entrada, entendeu? Outra coisa importante. Essa revista sendo uma revista do CPDOC não foi pensada e nunca foi uma revista para botar na rua apenas a produção do CPDOC. Você pode ver que quase todos os números tem um artigo de alguém do CPDOC, dois no máximo, tem um ou outro, mas não era aquela coisa de revista institucional, no sentido que, os pesquisadores tem na gaveta textos que eles não sabem direito o que fazem aí jogam na revista da instituição, para botar pra fora. Nunca foi isso, entendeu? E eu acho que é até o contrário, nós nos privamos. Eu sinto muito orgulho desses números. Outra coisa importante para transformar essa revista no que veio a ser depois. Sempre lutei para fazermos números temáticos. Isso produz um número que é quase um livro sobre o assunto, que é muito bom, portanto, o número não

envelhece. Se você tem uma revista só de textos de pesquisas primeiro você publica aquilo tudo misturado. Tem várias revistas que eu recebo, vejo, estou interessada em um artigo daquela revista, ou outros artigos não me interessam, aí eu fico com aquela revista ocupando espaço. Quem tem a coleção da Estudos Históricas tem volumes sobre assuntos e que podem, esses volumes podem ser consultados quando você quiser. Por outro lado, fazer os números temáticos é muito mais difícil do que fazer uma miscelânea de artigos. Um outro tópico disso é a questão convite, resumindo, convite balcão. Óbvio que esses primeiros números nós pensamos quem tinha escrito sobre aquilo e fomos à pessoa convidar para escrever na revista. Por exemplo, Roberto da Matta não veio até a gente oferecendo um artigo, nós fomos até Roberto da Matta convidar para que ele escrevesse um artigo, Reginaldo Gonçalves a mesma coisa, etc. E a gente ia montando a revista. Muito bem, nesses primeiros números foi assim mesmo, nós éramos quase como coordenadores do número, editores no sentido de produzir aquele volume. Mas isso também gera uma questão. É óbvio que quando você pede um artigo, depois fica complicado recusar. “Estou devolvendo seu artigo porque não foi aprovado”. Então esses primeiros números são muito mais convite, mas isso não significa necessariamente que esses artigos sejam os melhores possíveis, mas certamente pessoas com esses saberes não iam fazer coisas ruins. Mas, claro que tem uns piores e outros melhores. Na medida em que foi avançando, a gente percebeu de forma muito clara que era importante ter padrões de aceitação, porque senão você criaria um problema enorme. Você convidava uma pessoa, ela mandava o artigo, e se você lesse e não gostasse, não é? Então a gente começou a fazer isso, que já era meta desde o início, mas foi sendo implementado. Às vezes eu ia a um seminário aqui ou ali e via uma pessoa falando sobre tal assunto, achava interessante e perguntava: você tem um artigo sobre isso e gostaria de publicar na Estudos Históricas? E quando a pessoa dizia que tinha eu já falava: gostaria de lembrar que a Estudos Históricas é submetida a pareceristas. Seu artigo vai chegar lá, vão ter dois pareceristas, se houver um aprovando e um recusando tem um terceiro que vai desempatar esse negócio. Você sabe que muitos colegas ouvem isso, mas entra aqui e sai pelo outro lado, eles não acreditam que vá acontecer. Eu fui editora desde o primeiro número até 1993. Quando eu fui para os Estados Unidos deixei, depois voltei em 1994, final de 1994/1995 até bem pouco tempo atrás. Eu acho que fui editora da revista por mais

tempo. As outras pessoas trocaram e eu achava absolutamente natural que as outras pessoas trocassem e eu não. (risos) Neste caso ai eu perdi todo o limite. (risos). Não era um item colocado na pauta do CPDOC para circulação de pessoas, quem é que quer? Eu vetava gente... (risos). Eu me lembro de falar assim: a pessoa tem que gostar de livros! Não é todo mundo, sociólogo ou mesmo historiador que aprecia livros, não é assim. Eu fiz isso, não me envergonho não (risos). Mas enfim, essa coisa do convite versus o balcão que a pessoa se candidata e tudo, de um lado, isso de fato alargou nossos contatos. Como editora você acabava tendo contato com a comunidade de historiadores na ANPUH, na ANPOCS, onde fosse, em qualquer lugar. Você chegava, assistia a um seminário, um evento, você chegava depois para pessoa convidando, abrindo um espaço da sua revista para um artigo. Então com isso, fiz muitos amigos na rede de cientistas sociais e alguns inimigos (risos). Os inimigos, basicamente, os que foram recusados. Não vou falar o nome do santo, mas tem uma pessoa que eu assisti a uma palestra, achei muito interessante e convidei para publicar avisando que tinha pareceristas e os pareceristas foram contra e a pessoa ficou absolutamente furiosa com a gente e aí veio com essa, “mas vocês mandaram esse artigo para dois pareceristas que são meus inimigos”. Porque isso envolve ter um conhecimento muito grande da comunidade, quem é que está aqui, quem é que está ali, da corrente x, da corrente y, mas isso não quer dizer que a gente tenha o conhecimento completo. Então, segundo esta pessoa, nós encaminhamos o artigo para dois pareceristas que eram seus opositores naquele campo específico.

E era aberta a lista de pareceristas? Todos sabiam quem eram?

Não, mas em um campo de estudos desse tamanho você sabe. Essas pessoas, provavelmente, reconheceram mesmo o artigo, entendeu? Pela bibliografia, você sabe de quem é e os dois recusaram, só que recusaram dando argumentos e como nós não controlávamos aquele campo, você não tinha como saber... Se aquela pessoa foi convidada para ser parecerista, é porque você está acredita que ela tem competência de dizer se aquilo está bom ou se não está bom. Você envia, os dois recusam, recusado. Teve alguns casos um pouco dramáticos de pessoas que reagiram muito mal a isso. Hoje em dia acho que já é mais

do que aceito, não há discussão a respeito. Naquela época era complicado. Você às vezes mandava um artigo para um determinado parecerista e não tinha resposta, aquilo ficava lá um tempão e quando você perguntava: e o resultado? Ai depois a pessoa às vezes mandava uma secretária te devolver de qualquer jeito, entendeu? Então eu acho que essa coisa de tornar esse procedimento formal, obedecendo a regras foi um processo. Mas, para, além disso, os temas e as questões que foram sendo tratadas na revista e, de modo geral, o objetivo de cruzar história com outras disciplinas, quer dizer, o tema é historiográfico, mas a abordagem é multidisciplinar, eu acho que isso foi feito, entendeu? Veja um exemplo. Esse número 5 da Estudos Históricos, que é História e Ciências Sociais, tem um artigo aqui da Regina da Luz Moreira[8] que é muito essa conexão dos brasilianistas com o CPDOC, que é muito interessante. E teve também coincidências boas. Nós publicamos aqueles dois artigos do Michel Pollak[9]. Ele tinha vindo ao Brasil pra fazer um seminário no Museu Nacional, no PPGAS e fez também uma conferência no CPDOC. Era uma figura interessantíssima esse homem, e a gente publicou dois artigos dele que também são unanimidades. Então tem esses acasos felizes, não é? Tem alguns artigos que foram recorrentes e muitíssimo empregados. Com o passar dos anos aconteceram algumas mudanças. O conselho consultivo foi mudado, não me lembro exatamente quando. Tinha algumas pessoas dessas que a gente convidou lá no princípio e a pessoa não participou muito, então depois a gente mudou um pouco. Tem essas mudanças que aconteceram. Isso aqui, de alguma forma reflete a rede nossa do CPDOC, não é? Nós tínhamos sim conexão com a historiografia francesa, não é a toa a Aspásia Camargo fez a entrevista com o Furet.[10] Então tínhamos essa ligação e isso tem a ver com a formação das pessoas, as pessoas tinham feito doutorado na França e conheciam as pessoas. Então, a gente afora os brasilianistas, tinha pouco contato com o mundo acadêmico norte americano e essa é uma questão que, de alguma forma, só está mudando mais recentemente. Porque é isso, esse contato é feito quando você estuda, quando você faz um doutorado fora, não é assim. Tem um número que o Robert Darnton veio ao Brasil e eu fui fazer a entrevista com ele.[11] A gente aproveitava todas as chances, mas uma coisa é o Darnton vir aqui e você convidar, ele topou fazer uma entrevista, você publicar e tudo, mas não é uma conexão com Robert Darnton. Conexão é se você foi lá e estudou com ele, foi aluno dele, não é? É diferente. Então eu acho que essa rede que nós

montamos na época tem os ganhos e os problemas de ter sido assim. Tem mais alguma coisa que você queira perguntar?

Acho que você já respondeu tudo, mas eu gostaria de perguntar uma última coisa. Como é que vocês pensaram a distribuição dessa revista, no início? Que público? Colegas ou pensaram também que podia ser uma revista para alunos de outras instituições?

Uma das coisas que a gente falava é que fizemos várias tentativas de produzir essa revista através de outros meios. A gente não queria à época fazer uma revista da Fundação Getúlio Vargas porque eles não iam distribuir para o público que nós queríamos, se fosse uma revista de administração, de economia, já estava montada, mas pra isso aí não era. Então a gente queria para o campo das ciências sociais, história e para professores, pesquisadores e alunos. Então a gente queria isso e foi muito difícil. Teve época de a gente ir para Anpocs, para Anpuh carregando mala, pacotão pra deixar na barraquinha que estava pra vender, entendeu? Já fizemos de tudo, deixamos não sei aonde em consignação...

Tem mais alguma coisa que você queira falar sobre a revista, sobre...

Eu acho que foi uma coisa muito importante, grosso modo, o CPDOC reproduziu durante muito tempo - hoje não estou mais acompanhando - esse esquema: arquivo, entrevista de história oral e pesquisas e eu acho que a revista permitiu misturar isso e fazer essa interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e interinstitucionalidade. A gente passou a ter conexões e contatos com quase todas as instituições do campo de Ciências Sociais, do campo de História, etc. Teve muito aperto, muito trabalho, mas minha avaliação sobre a revista é altamente positiva. Me lembro, por exemplo, que uma vez eu estava em seminário fora do Brasil e chegou uma moça que estudava no interior de São Paulo e veio falar comigo: "eu fiz uma tese de doutorado inspirada no seu artigo seu que está na Estudos Históricos." [12] Porque também tem isso, como a gente não tinha alunos, não dava aula, você publicava aquele artigo e não sabia a repercussão e de repente você via eco daquele artigo em situações mais diversificadas, mas sempre foi uma coisa muito positiva isso, entendeu? Era um feedback esparso e ocasional, mas sempre foi de muito apoio. Às vezes lendo artigos, teses, dissertações quando via citada a Estudos História eu pensava assim:

estávamos certos. (risos)

[1]DHBB – Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro

[2]GOMES, Angela, PANDOLFI, D. BOMENY, H (orgs). Regionalismo e Centralização Política: Partido e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

[3]LOVE, Joseph. A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira. São Paulo: Perspectiva, 1975; LEVINE, Robert. A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975 e WIRTH, John D. O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

[4]PRADO JR. A Revolução Brasileira. São Paulo: Editora brasiliense, 1966.

[5]Por uma Revista de Historia. Estudos Históricos, vol. 1, n. 1, 1988, p. 3-5.

[6]Caminhos da historiografia (1), Identidade Nacional (2), Memória (3), República (4), História e Ciências Sociais (5), Cultura e Povo (6), Viagem e Narrativa (7), História e Natureza (8), América (9) e Teoria e História (10).

[7]Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol 1, n. 1, 1988, p. 5-27.

[8]MOREIRA. Regina. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1989, vol.3, nº 5, 1990.

[9]POLLAK. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1989, vol.2, nº 3. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1992, vol.5, nº 10.

[10]CAMARGO, A. O historiador e a história: um relato de François Furet. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1988, vol.1, nº 1. p. 167-173.

[11]OLIVEIRA, LL. Entrevista com Robert Darton. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1989, vol.2, nº 4.

[12]“As festas que a Republica manda guardar”. Estudos Históricos, 1989.